

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Curso de Ciências Contábeis

Danilo Rodrigues de Albuquerque

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE EMPRESAS COM
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO EM CONTROLADAS**

Brasília,
2014

Danilo Rodrigues de Albuquerque

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE EMPRESAS COM
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO EM CONTROLADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues

Brasília,
2014

Albuquerque, Danilo Rodrigues de.

Análise das Demonstrações Consolidadas em Empresas com Patrimônio Líquido Negativo em Controladas. / Danilo Rodrigues de Albuquerque. – Brasília, 2014. 22f

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Graduação) – Universidade de Brasília, 2014/1.

Consolidação 2. Patrimônio Líquido 3. Passivo a Descoberto.
I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

CDU -

AGRADECIMENTOS

A Deus por me possibilitar mais uma conquista em minha vida.

A minha família, principalmente meus pais, pelo apoio e crença na minha capacidade e escolhas.

A minha orientadora Fernanda, pela dedicação e auxílio na realização deste trabalho.

As pessoas que conheci na graduação e me ajudaram a completar esse caminho.

RESUMO

As demonstrações individuais e consolidadas são diferentes diante do que cada uma se propõe a informar, sendo que a primeira representa o patrimônio de uma empresa enquanto a segunda, de um grupo econômico. Por isso o estudo tem por objetivo analisar o reflexo da ocorrência de passivo a descoberto nas controladas no patrimônio líquido consolidado. A partir do *ranking* da Revista Exame das maiores empresas no Brasil de 2012, ordenado pelo volume de vendas líquidas, foram selecionadas 300 empresas para se verificar tal situação. Pela análise das notas explicativas e balanço patrimonial das companhias listadas na Bovespa em 2013, foram observados se haviam coincidência do patrimônio líquido consolidado e individual, passivo a descoberto nas controladas e reconhecimento de provisão para passivo a descoberto. Foram identificadas oito empresas que não reconheceram provisão para passivo a descoberto, ou contas semelhantes, sendo seu patrimônio líquido consolidado diferente do individual. Foi verificado que em alguns índices de liquidez houve alterações relevantes, enquanto no índice de rentabilidade do patrimônio líquido permaneceu estável para a maioria destas companhias. Assim, a comparação de ambas as demonstrações podem gerar interpretações diferentes, sendo relevante levar em consideração as variações encontradas para que não haja viés nas análises das demonstrações.

Palavras-chave: Consolidação. Patrimônio Líquido. Passivo a Descoberto.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação das demonstrações contábeis foi instituída no Brasil a partir da vigência da lei 6.404/76, sendo o usuário beneficiado com informações sobre a posição patrimonial de grupos econômicos.

Atualmente, as Normas Brasileiras de Contabilidade recomendam duas formas de consolidação: a integral para empresas com controle sobre outras, onde os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fosse uma única entidade econômica, conforme define o Pronunciamento CPC 36 (R3), e a equivalência patrimonial para as que têm influência significativa, sendo o investimento reconhecido inicialmente pelo custo e após é ajustado, refletindo assim as alterações nas participações do investidor, de acordo com o Pronunciamento CPC 18 (R2).

A divulgação de demonstrações consolidadas proporcionam informações diferentes das demonstrações individuais. Segundo Cardoso, Vieira, Machado e Santos (2011) uma das hipóteses para diferenças no patrimônio líquido individual e consolidado é a existência de passivo a descoberto em controladas.

Assim objetiva-se verificar se a ocasião de passivo a descoberto em controladas e a não responsabilização da controladora de obrigações que entidades de seu grupo econômico não consigam liquidar provocam alterações no patrimônio líquido consolidado.

Para isso foram verificadas nas notas explicativas e nos balanços patrimoniais de companhias com negócios na Bovespa, comparando as demonstrações individuais e consolidadas, se houve ocorrência de patrimônio líquido negativo nas suas controladas, bem como os seus impactos na consolidação. Como critério de seleção da amostra, foi utilizado o *Ranking* de maiores empresas no Brasil, por ordem de vendas líquidas em 2012 elaborado pela Revista Exame.

No processo de consolidação podem surgir alterações nos saldos dos grupos patrimoniais e nas contas, o que podem influenciar na tomada de decisão dos usuários e na forma de se interpretar o desempenho de uma companhia. Pretende-se entender como o passivo a descoberto em controladas influenciam na consolidação e seus impactos na análise das demonstrações.

Além da introdução, este estudo apresenta mais quatro seções, com o referencial teórico, abordando estudos anteriores, seguido da metodologia, em terceiro os resultados da pesquisa e por último a conclusão, com sugestões para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Consolidação

Segundo Machado (2005) a consolidação das demonstrações contábeis teve sua gênese nos Estados Unidos em 1901 e posteriormente foi adotada na Inglaterra em 1947 e na Alemanha em 1965. O autor ainda relata que no Brasil essa prática foi inaugurada pela Circular 179/1972 do Banco Central do Brasil (BCB). A consolidação passou a ter obrigatoriedade para as companhias abertas a partir da edição da Lei 6.404/76, e tal regulamentação foi complementada pela Instrução nº 247 da Comissão de Valores Mobiliários. No CPC 36 (R3) encontra-se o expoente regulatório para a elaboração de demonstrações consolidadas no país atualmente.

O Pronunciamento Técnico 36 (R3) (2012, p. 6) define as demonstrações consolidadas como:

[...] demonstrações contábeis de *grupo econômico*, em que os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da *controladora* e de suas *controladas* são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Observamos que a exigência norteadora para a realização da consolidação das demonstrações é que uma entidade exerça controle sobre outras, não sendo presumidamente relacionadas juridicamente. Hajj e Lisboa (2001) destacam que a consolidação tem gênese no postulado da entidade, indicando a hierarquia do conceito de entidade econômica sobre a jurídica.

Hajj e Lisboa (2001, p. 54) ainda declaram que relacionado ao processo de consolidação, a academia reconhecia o método integral ou pleno, utilizado para tratar os investimentos em controladas, e o proporcional, voltado para tratar dos investimentos em *joint ventures*:

O método pleno reconhece a totalidade dos ativos, passivos e contas de resultado com a segregação da participação minoritária (acionistas não controladores). O método proporcional é utilizado na contabilização de *joint ventures*, reconhecendo apenas a porcentagem de cada investidor (*venturer*) nos investimentos controlados em conjunto.

O usuário é beneficiado pela elaboração de demonstração consolidadas à medida que, além dos relatórios financeiros individuais da controladora, se torna disponível a análise do desempenho do grupo econômico como unidade. Para que seja concretizada esta expectativa

devem-se eliminar os saldos de contas que são reflexo de transações internas do grupo: conforme orienta a lei 6.404/1976:

Art. 250. Das demonstrações financeiras consolidadas serão excluídas:

I - as participações de uma sociedade em outra;

II - os saldos de quaisquer contas entre as sociedades;

III – as parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

Assim, o objetivo da consolidação é apresentar aos usuários informações sintetizadas sobre a posição financeira de um grupo econômico, permitindo interpretações e análises mais abrangentes. Isto resulta em um importante ganho informacional para as demonstrações.

2.2 Passivo a Descoberto

A utilização da expressão passivo a descoberto foi fomentada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com a elaboração das resoluções CFC 847/1999 e 1.049/2005 o qual tinham o objetivo de padronizar conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis no Brasil. A resolução CFC 1.049/2005 (CFC, 2005, p. 2) recomenda:

c) o Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do Ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Portanto, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Com o processo de convergência das normas internacionais, foi editada a resolução CFC 1.283/2010, revogando a resolução anterior. Assim não há uma obrigatoriedade sobre a nomenclatura a ser adotada quando o valor do Passivo supera o valor do Ativo, sendo recomendada a nomenclatura que melhor exprima a situação patrimonial da entidade. Por padrão, neste estudo será utilizada a denominação “passivo a descoberto” para descrever tal situação.

A ocasião de passivo a descoberto em uma controlada provoca em impactos no balanço consolidado da controladora, conforme Cardoso, Vieira, Machado e Santos (2011, p. 69) exemplificam:

[...] é necessário ressaltar os casos nos quais não há coincidência entre o lucro líquido ou o patrimônio líquido da controladora e o consolidado:

- quando há lucros não realizados de venda (ou prestação de serviços) da controladora para suas controladas. Isso não afeta o cálculo da equivalência patrimonial, mas afeta a demonstração de resultado e o balanço patrimonial consolidados;

- quando a controlada apura passivo a descoberto e a controladora se limita a reconhecer a despesa de equivalência patrimonial até zerar o valor do respectivo investimento, ou seja, a controladora não reconhece a provisão para passivo a descoberto;
- quando há diferença entre o valor contábil do patrimônio líquido da controlada e o valor justo de seus ativos líquidos

Apesar dessa lista não ser definitiva e tão pouco exaustiva, apresenta um panorama dos casos os quais é possível tal circunstância.

Exceto em situações excepcionais, no qual a controladora se compromete a liquidar passivos da controlada, a controladora deve reconhecer a despesa de equivalência patrimonial limitada ao respectivo investimento registrado no balanço individual da controladora, conforme orienta o Pronunciamento CPC 18 (R2):

38. Quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. [...]

39. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas. (CPC 18, 2012, p. 9)

A Tabela 1 exemplifica uma situação na qual as demonstrações da controlada apresentam passivo a descoberto e seu impacto na consolidação. Observamos que em tal ocasião não há equivalência entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado, como observado anteriormente:

Tabela 1 – Exemplo de DRE Consolidada

DRE (31-12-20X0)	ORA	IDA	Consolidado
Receita de vendas e serviços	80	10	90
(-) CMV	-	-	-
(-) Despesas	(20)	(100)	(120)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(45)	-	-
(+) Participação de acionistas não controladores	-	-	9
Lucro (prejuízo)	12	(90)	(21)

Fonte: Cardoso, Vieira, Machado e Santos, 2011, p. 71

Neste exemplo, a companhia ORA representa a controladora, enquanto a companhia IDA, a controlada. Houve um prejuízo na controlada, o qual produziu um passivo a

descoberto em seu balanço patrimonial. Admitindo que as perdas da ORA sejam reconhecidas limitadas ao valor do investimento, a demonstração consolidada apresenta diferença entre o patrimônio líquido da controladora e consolidado. A tabela 2 representa tal situação hipotética:

Tabela 2 – Exemplo de Balanço Patrimonial Consolidado

BP (31-12-20X0)	ORA	IDA	Consolidado
Caixa	160	20	180
Estoque	50	-	50
AC	210	20	230
Terrenos	-	40	40
Ações da Cia. IDA	-	-	-
AP	-	40	40
Ativo	210	60	270
Contas a Pagar	-	100	100
PC	-	100	100
Capital Social	195	50	195
Lucros (prejuízos) acumulados	15	(90)	(21)
Participações de acionistas não controladores			(4)
PL	210	(40)	170
Passivo + PL	210	60	270

Fonte: Cardoso, Vieira, Machado e Santos, 2011, p. 71

2.3 Pesquisas Anteriores

Devido às mudanças no mercado e na normatização contábil, Hajj e Lisboa (2001) realizaram uma comparação entre as normas norte-americanas, US-GAAP, internacionais, IASB, e brasileiras, BR-GAAP, para as operações de combinações de negócios e consolidação das demonstrações contábeis. Para isso, foram analisadas, em US-GAAP, as normas APBO 16 e 17, AIN-APBO 16 e 17 e SFAS 141 e 142; formuladas pelo IASB, a IAS 22; e em BR-GAAP, a lei 6.404/76 e as instruções CVM 247, 285, 319 e 349. Foi identificado, pela legislação da época, que havia entraves para a harmonização acerca de combinações de negócios, com parâmetros diferentes adotados pelo Brasil e resto do mundo.

Machado e Santos (2004) estudaram a consolidação das demonstrações contábeis quando ocorre a distribuição de lucros não realizados em grupos econômicos. Para isso, foi observado primeiramente se as contabilizações desse tipo de evento estavam cumprindo as normas contábeis, em seguida, foram elaboradas propostas para sua contabilização e, por último, foi verificada de que forma estavam sendo realizadas as apresentações desse evento nas demonstrações contábeis. Foi constatado que, considerado o regime de Competência, não deveria haver a contabilização da distribuição de dividendos tendo como referência os lucros

não realizados. Mesmo assim, foram propostas alternativas de como representar tal evento no patrimônio líquido.

Machado (2005) estudou a relevância das informações geradas pelas demonstrações contábeis consolidadas em *joint-ventures*. Para isso investigou a normatização sobre o assunto, relacionando sua abordagem pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), *Financial Accounting Standards Board* (FASB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O estudo não apresentou um posicionamento sobre o ganho com a adoção ou não da consolidação proporcional para entidades envolvidas em *joint ventures*, uma que vez são apontados benefícios e prejuízos com a adoção prática, gerando diferenças na sua aceitação pelos órgãos reguladores contábeis internacionais.

Furuta, Bispo e Vieira (2010) analisaram o impacto das alterações legais impostas pela aprovação da Lei 11.638/07 sobre o Patrimônio Líquido das 58 maiores empresas não financeiras no exercício de 2008, segundo o banco de dados da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi), e quais as relações entre o nível de disclosure e o setor das empresas, e o nível de *disclosure* e o controle acionário. Para estudar o nível de evidenciação que as empresas adotaram foi empregada a análise de conteúdo e método de Análise de Correspondência (ANACOR). Para entender os efeitos do novo arcabouço legal foi aplicada uma análise descritiva dos CPCs citados nas notas explicativas das demonstrações contábeis e foi realizado o teste de Wilcoxon. Os resultados deste teste apontaram discrepâncias relevantes no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido antes e depois da Lei 11.638/2007, apontando para uma redução do saldo de ambas as contas. Já a conclusão após aplicação daquele teste foi verificado que as empresas classificadas nos setores de consumo, varejo e papel e celulose, de energia, serviços e telecomunicações apresentaram uma maior divulgação dos impactos das alterações legais nas notas explicativas.

Anschau (2011) analisou as formas utilizadas para realizar a consolidação do Balanço Patrimonial no Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi, abordando as principais características de cada uma. Para análise, foram utilizadas as demonstrações contábeis consolidadas com os valores das contas sendo indexados para preservação do sigilo corporativo. Foi constatado que do Sistema Sicredi, apenas o Banco Cooperativo Sicredi apresentou demonstrações consolidadas, aos quais, eram direcionadas a usuários específicos, sendo eles o Banco Central do Brasil e os usuários internos. Foi recomendada a elaboração de demonstrações consolidadas dos sistemas como um todo para otimizar as informações.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação Metodológica

A classificação metodológica da pesquisa se enquadra, quanto aos objetivos, como descritiva e quanto aos procedimentos, em bibliográfica e documental. A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

Já a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema baseado em referenciais teóricos publicados em vários documentos. Sobre seu objetivo e características, Prodanov e Freitas (2013, p. 54) afirmam:

[...] quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

A pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. A pesquisa bibliográfica não se confunde com a documental, como destacam Prodanov e Freitas (2013, p. 55):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A amostra foi selecionada a partir da publicação no *site* da Revista Exame do *ranking* das maiores empresas do Brasil em 2012, usando como parâmetro as vendas líquidas. Foram analisadas as demonstrações financeiras padronizadas e notas explicativas das empresas que possuíram negócios na bolsa de valores e que disponibilizaram seus relatórios contábeis no site da Bovespa no ano da pesquisa.

Para atingir o objetivo da pesquisa foi observado o patrimônio líquido da controladora, consolidado e das controladas, destacando se ocorreu igualdade entre os valores do balanço individual e consolidado e ainda se houve ocorrência de passivo a descoberto nas controladas.

Para a seleção da amostra, foi utilizado o *ranking* das maiores empresas do Brasil em 2012 com 1.254 empresas. O tamanho da amostra foi selecionado utilizando a seguinte expressão:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n = amostra calculada

N = população

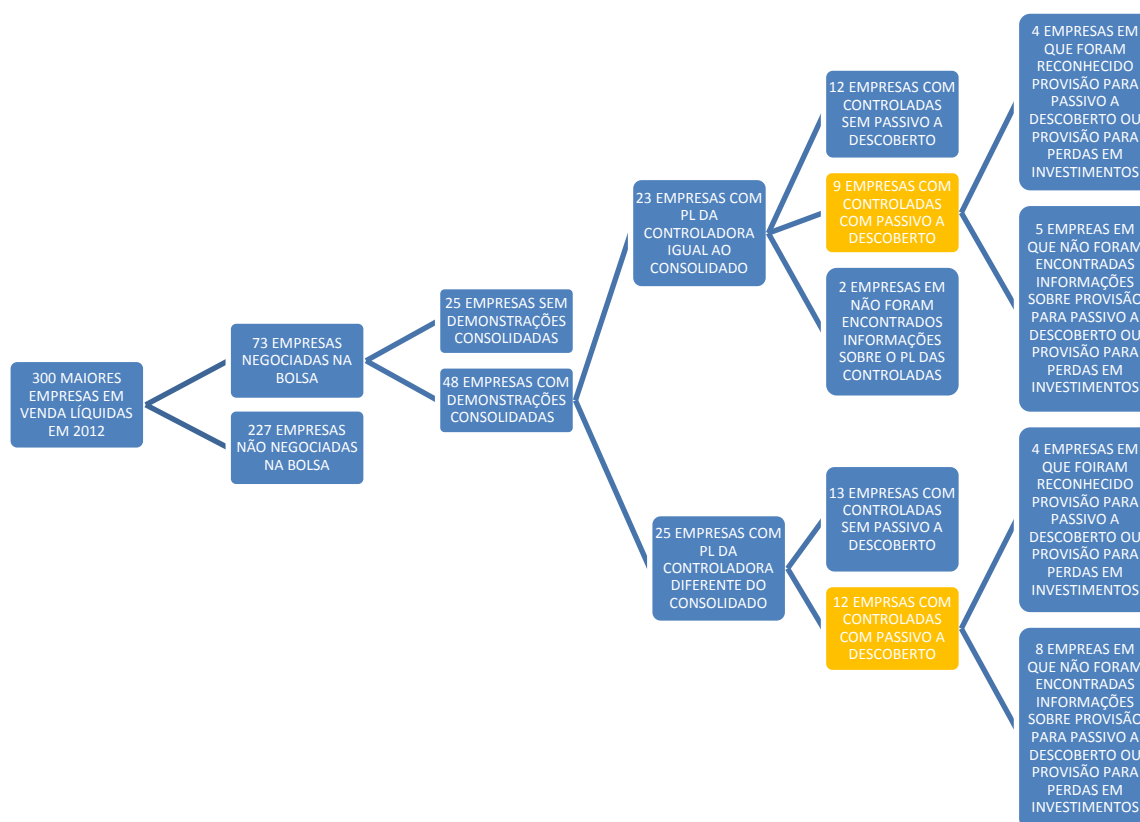
Z = variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p = verdadeira probabilidade do evento

e = erro amostral

Assim, considerando um erro amostral de 5%, um nível de confiança de 95%, chegou-se a 295 empresas como amostra necessária. Extrapolando o cálculo realizado, foram selecionadas as 300 primeiras empresas do ranking para serem observadas. O Quadro 1 resume o comportamento identificado nas 300 maiores empresas em vendas líquidas em 2012:

Quadro 1 – Análise dos Patrimônios Líquidos Individuais e Consolidados



Ressalta-se de apesar da lista ser baseada no *ranking* com as maiores empresas do Brasil de 2012, foram analisadas as demonstrações de 2013. Verificou-se que 227 empresas

não tiveram ações negociadas na bolsa, sendo excluídas da análise. Nas 73 restantes foram observados os seguintes fatores:

- (1) Se havia demonstrações consolidadas;
- (2) Se ocorreram diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e do consolidado;
- (3) Se foram informados os patrimônios líquidos das controladas;
- (4) Se teve ocorrência de passivo a descoberto em alguma controlada.

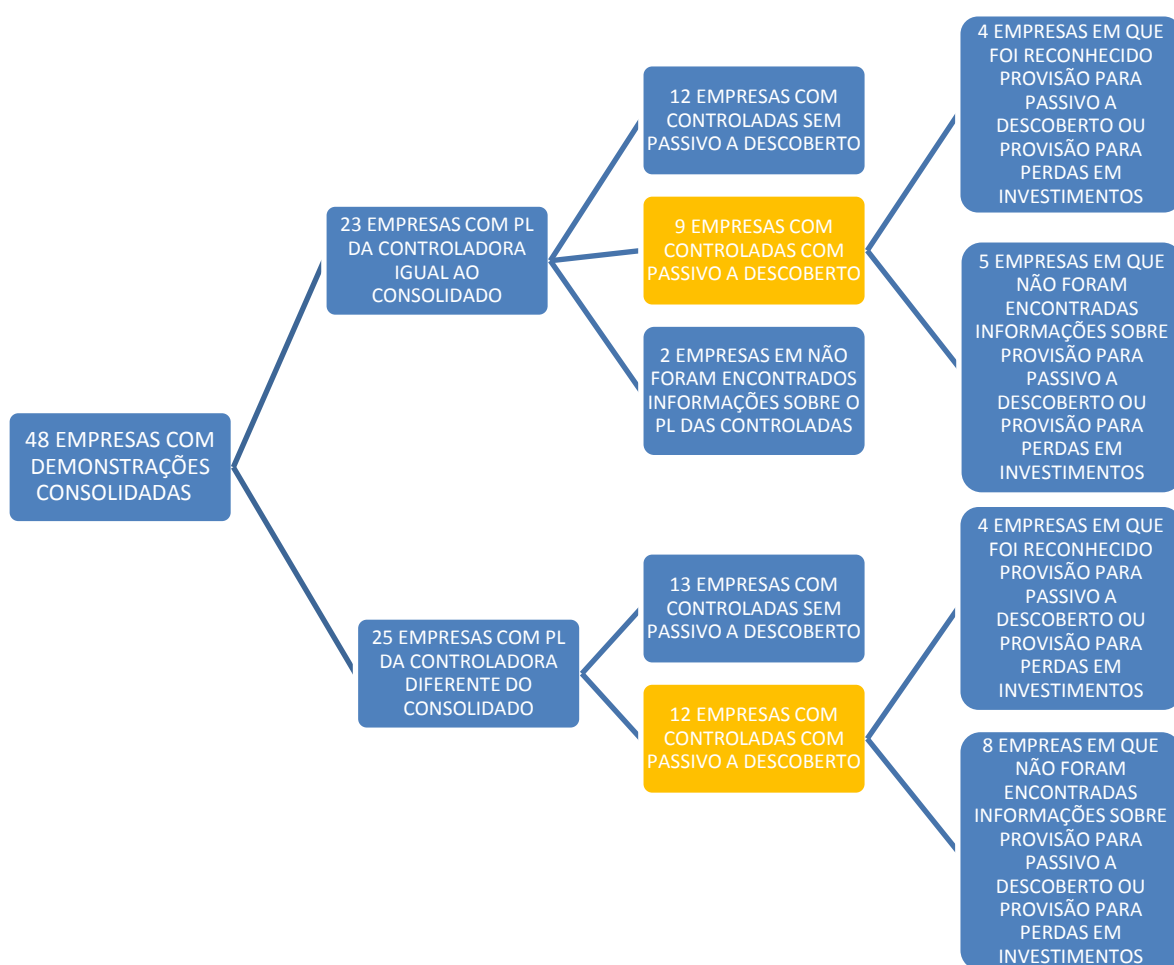
Assim 25 entidades não apresentaram demonstrações consolidadas, não sendo objeto de maiores observações. Das 48 empresas restantes, 23 tiveram o patrimônio líquido da controladora igual ao consolidado, enquanto 25 não apresentaram igualdade nesse grupo patrimonial de suas demonstrações.

4 RESULTADOS

A premissa adotada por Cardoso, Vieira, Machado e Santos (2011) é a de que, excluído a participação dos acionistas não controladores, há coincidência entre o saldo do patrimônio líquido do balanço patrimonial da controladora e o consolidado, ou seja, não há diferença entre o patrimônio líquido da controladora e o valor justo dos seus ativos líquidos. E que eventuais diferenças podem ter diversas motivações, dentre eles a ocorrência de passivo a descoberto nas controladas quando não se reconhece provisão para passivo a descoberto ou provisão para perdas em investimentos. Tal provisão é originada pela responsabilização, por parte da controladora, das obrigações da controlada.

O Quadro 2 apresenta o comportamento apresentado pelas empresas com demonstrações consolidadas analisadas:

Quadro 2 - Análise dos Patrimônios Líquidos Individuais, Consolidados e das Controladas



Fonte: Elaboração Própria

Das 23 empresas com patrimônio líquido individual igual ao consolidado, 12 não tiveram passivo a descoberto em suas controladas e em duas, Souza Cruz e Ponto Frio, conforme descrito no apêndice III, não foram encontradas informações sobre o patrimônio líquido de suas controladas. Das nove empresas em que se encontrou patrimônio líquido negativo nas controladas, quatro foram encontradas contas de provisão para passivo a descoberto ou provisão para perdas em investimentos.

Já nas 25 empresas com patrimônio líquido individual diferente ao consolidado, 13 não tiveram passivo a descoberto em suas controladas, enquanto que em 12 foram encontrados tal circunstância. Nestas entidades, em quatro foram encontradas provisão para passivo a descoberto ou provisão para perdas em investimentos. Nas oito restantes, não foram identificadas informações sobre tal tipo de provisão.

Empresas nas quais não foram encontradas informações sobre provisão para passivo a descoberto, considera-se que as controladoras não se responsabilizam pelas obrigações que as controladas não tiveram capacidade de liquidar, conforme recomenda o Pronunciamento CPC 18, citado no Referencial Teórico. Na análise das empresas que não reconheceram tal provisão, não se percebeu comportamento diferenciado no que tange a demonstração de mutações do patrimônio líquido no comparativo das empresas com patrimônio líquido individual igual ao consolidado com as que eram diferentes.

Assim, o fato de empresas que tiveram patrimônio líquido igual ao consolidado terem controladas com passivo a descoberto pode apontar que não houve grandes impactos no consolidado do patrimônio líquido negativo daquelas controladas. Além disso, as empresas com patrimônio líquido da controladora diferente do consolidado que não reconheceram provisão para perdas em investimentos representaram apenas cerca de 11% do universo de 73 empresas negociadas na bolsa analisadas.

Para verificar se houve prejuízo na análise destas empresas, foram calculados índices de liquidez das empresas com patrimônio líquido consolidado diferente do individual, com controlada com passivo a descoberto e não reconheceram provisão para passivo a descoberto, para ilustrar uma incipiente comparação entre as demonstrações individuais e consolidadas. Os resultados são demonstrados no Quadro 3:

Quadro 3 – Índices de Liquidez

	Capital Circulante Líquido	Liquidez Imediata	Liquidez Corrente	Rentabilidade do Patrimônio Líquido
	(AC-PC)	(DISP./PC)	AC/PC	(Lucro Líquido/PL)
Petrobras (Individual)	(14.569.406,00)	0,078	0,857	0,067
Petrobras (Consolidado)	40.825.848,00	0,450	1,495	0,066
Cosan CL (Individual)	(1.006.025,00)	0,161	0,368	0,024
Cosan CL (Consolidado)	909.384,00	0,559	1,345	0,039
Cielo (Individual)	2.648.363,00	0,043	1,445	0,805
Cielo (Consolidado)	2.740.500,00	0,066	1,431	0,805
Marfrig (Individual)	1.646.057,00	0,030	2,173	(0,302)
Marfrig (Consolidado)	3.805.164,00	0,209	2,032	(0,288)
Frigorífico Minerva (Individual)	1.056.795,00	0,599	1,984	(0,709)
Frigorífico Minerva (Consolidado)	1.500.924,00	0,533	2,122	(0,708)
Profarma (Individual)	649.659,00	0,070	2,187	0,036
Profarma (Consolidado)	592.299,00	0,082	1,816	0,033
Marcopolo (Individual)	1.071.101,00	0,771	2,900	0,190
Marcopolo (Consolidado)	1.469.629,00	0,592	2,393	0,190
Grendene (Individual)	1.364.735,00	0,119	7,556	0,210
Grendene (Consolidado)	1.408.996,00	0,138	5,943	0,210

Fonte: Elaboração própria

Pela análise dos indicadores se percebem variações, algumas substanciais nos índices apurados comparando as demonstrações individuais e as consolidadas. Por exemplo, o capital circulante líquido da Petrobras e Cosan passou de negativos, para o balanço patrimonial individual, para um positivo no consolidado. Bem como índice de liquidez imediata dessas empresas apresentaram uma variação de 0,078 para 0,45 e de 0,161 para 0,559 do individual para o consolidado, na Petrobrás e Cosan respectivamente.

Por outro lado, em um índice diretamente relacionado com o patrimônio líquido, o de rentabilidade deste grupo, houve poucas variações sendo na Cielo, Marcopolo e na Grendene iguais para as demonstrações individuais e consolidadas.

Assim, é relevante observar que apesar de oito empresas terem coincidido nas três situações: ter patrimônio líquido individual diferente do consolidado; controlada com passivo a descoberto; e não reconhecer provisão para passivo a descoberto, dependendo de que tipo de demonstração é utilizado, as alterações geradas pela congregação desses fatores podem gerar diferenças na análise.

5 CONCLUSÃO

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais contêm tipos de informações diferentes, tendo em vista que a primeira refere-se a um grupo econômico enquanto a segunda da empresa controladora. Assim o usuário deve avaliar a relevância de cada para sua análise e observar suas nuances.

Foi verificado que alterações geradas na consolidação podem afetar a tomada de decisão à medida que estas promovem modificações em valores da posição patrimonial da entidade e conseqüentemente em possível índices que possam ser calculados, como exposto no Quadro 3. Assim é relevante observar a origem dessas diferenças e observar seus impactos.

A existência de passivo a descoberto em controladas não necessariamente gerará uma diferença no patrimônio líquido individual e consolidado, de outro lado, eventuais alterações podem também ter outras origens além dessa. Deve-se observar se há indícios se a controladora assume a desvalorização do investimento da controlada além de seu valor registrado, sendo reconhecido no passivo.

A pesquisa aponta que oito empresas das 73 com negócios na bolsa de valores apresentaram variações entre o patrimônio líquido individual e consolidado influenciadas pelo passivo a descoberto de suas controladas. Esse pode ser um indicador do comportamento do grupo financeiro e da qualidade do gerenciamento dos investimentos das controladoras. Como sugestão para pesquisas futuros recomenda-se a seleção de uma amostra mais abrangente, bem como que sejam observados outros aspectos que podem provocar diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e consolidado.

BIBLIOGRAFIA

ANSCHAU, Vivian Maira. **Consolidação de Demonstrações Contábeis: Um Estudo de Caso no Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI**. 2011. 24 p. Artigo (Graduação em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

CARDOSO, Ricardo Lopes; VIEIRA, Carlos; MACHADO, Paulo Sérgio; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. **Contabilização de Ativos Financeiros em Participações Societárias**. 1. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento CPC 18 R2: Investimentos em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto**. Brasília: CPC, 2012

CÔMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento CPC 36 R3: Demonstrações Consolidadas**. Brasília: CPC, 2012

FURUTA, Fernanda; BISPO, Jorge de Souza; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Convergência Internacional: Nível de Disclosure e Impacto de Inovações Legais sobre o Patrimônio Líquido e o Resultado das Grandes Empresas Listadas no Brasil**. In: X Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010. São Paulo. Anais do X Congresso de Controladoria e Contabilidade, 2010.

HAIJ, Zaina Said El; LISBOA, Lázaro Plácido. **Business Combinations e Consolidação das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Comparativa Entre os Pronunciamentos e Normas dos US-GAAP, IASC e Brasil**. Revista Contabilidade & Finanças Fipecafi – FEA – USP. São Paulo – SP. V. 16, n. 27, p. 33 – p. 58, setembro/dezembro 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34060/36792>>. Acesso em: 11 de março de 2014.

MACHADO, Itamar Miranda. **Consolidação Proporcional das Demonstrações Contábeis de Empresas Controladas em Conjunto (Joint-Ventures) – A Eficácia de Suas Informações no Processo de Tomada de Decisões**. In: V Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2005. Anais... São Paulo: USP, 2005.

MACHADO, Itamar Miranda; SANTOS, Ariovaldo dos. **Consolidação de Demonstrações Contábeis: Erro na Contabilização Quando Existem Lucros Não Realizados**. Revista Contabilidade & Finanças Fipecafi – FEA – USP. São Paulo – SP. V. 16, n. 39, p. 7 – p. 19, setembro/dezembro 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772005000300002>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de; **Metodologia do Trabalho Científico: Método e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REVISTA EXAME. **Maiores Empresas do Brasil em 2012**. Disponível em:
<<http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/empresas/maiores/3/2012/vendas>>. Acessado em: 23 de maio de 2014

APÊNDICES

Apêndice I – Companhias com Controladas com Passivo a Descoberto e Patrimônio Líquido da Controlada igual ao Consolidado

Magazine Luiza
Suzano
Copasa MG
Duratex
Marisa
Localiza
Alpargatas
Tupy
Positivo Informática

Apêndice II – Companhias sem Controladas com Passivo a Descoberto e Patrimônio Líquido igual ao Consolidado

Ambev
Telefônica
Oi - TNL PCS
Paranapanema
NET
Klabin
Hypermarcas
Renner
RaiaDrogasil
M. Dias Branco
AES Tietê
CTEEP

Apêndice III – Companhias que não foram encontradas Informações sobre o Patrimônio Líquido da Controlada e com Patrimônio Líquido da Controladora igual ao Consolidado

Souza Cruz
Ponto Frio

Apêndice IV – Companhias que Reconheceram Provisão para Passivo a Descoberto ou Provisão para Perdas em Investimentos e com Patrimônio Líquido da Controladora igual ao Consolidado

Suzano
Copasa MG
Marisa
Localiza

Apêndice V – Companhias que não Informaram Provisão para Passivo a Descoberto ou Provisão para Perdas em Investimentos e Patrimônio Líquido da Controlada igual ao Consolidado

Magazine Luiza
Duratex
Alpargatas
Tupy
Positivo Informática

Apêndice VI – Companhias com Controlada com Passivo a Descoberto e Patrimônio Líquido da Controladora diferente do Consolidado

Petrobras
Braskem
BRF
Cosan CL
Lojas Americanas
Cielo
Marfrig
Frigorífico Minerva
Profarma
Marcopolo
Mahle
Grendene

Apêndice VII – Companhias que não tiveram Controlada com Passivo a Descoberto e Patrimônio Líquido da Controladora diferente do Consolidado

Vale
Pão de Açúcar
JBS
Embraer
AES Eletropaulo
Whirlpool
Natura
Fibria
Tractebel

MRV
JSL
BM&F Bovespa
Raízen Energia

Apêndice VIII – Companhias que Reconheceram Provisão para Passivo a Descoberto ou Provisão para Perdas em Investimentos e Patrimônio Líquido da Controlada diferente do Consolidado

Braskem
BRF
Lojas Americanas
Mahle

Apêndice IX – Companhias que não Informaram Provisão para Passivo a Descoberto ou Provisão para Perdas em Investimentos e Patrimônio Líquido da Controladora diferente do Consolidado

Petrobras
Cosan CL
Cielo
Marfrig
Frigorífico Minerva
Profarma
Marcopolo
Grendene